



# CCA ONTIER

## TAX INSIDER #2 ABRIL 2016



## LEGISLAÇÃO

### [Declaração De Retificação n.º 5/2016, de 21 de abril](#)

Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, das Finanças, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016, publicado no Diário da República, n.º 72, 1.ª série, de 13 de abril de 2016.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### [Declaração De Retificação n.º 4/2016, de 19 de abril](#)

Declaração de retificação à Lei n.º 5/2016, de 29 de fevereiro, que «Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015».

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Aviso n.º 15/2016, de 19 de abril](#)

Torna público que foram cumpridas as formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e a República da Croácia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Dubrovnik em 4 de outubro de 2013.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril](#)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

---

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## [Acórdão n.º 224/2016 de 14.04.2016, Processo n.º 213/2016](#)

IRC - PEC

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão n.º 206/2016 de 13.04.2016, Processo n.º 14/16](#)

IRC - Fundamentação

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão n.º 212/2016 de 13.04.2016, Processo n.º 938/14](#)

LGT

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão n.º 198/2016 de 13.04.2016, Processo n.º 487/2015

CIEC – Introdução no consumo

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão n.º 197/2016 de 13.04.2016, Processo n.º 465/2015

IRC – Tributações autónomas

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão n.º 182/2016 de 29.03.2016, Processo n.º 59/16

CPPT – Taxas autarquias locais

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão n.º 177/2016 de 29.03.2016, Processo n.º 126/15

RJAT – Pronúncia indevida

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

---

# SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 0136/16

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 01260/15

Licenciamento – Fiscalização “I - Por força, primeiro da Lei n.º 159/99, de 14.09, e depois do DL n.º 267/2002, de 26.11, operou-se a revogação das normas do DL n.º 13/71, de 23.01, que regulavam o licenciamento dos postos de abastecimento de combustíveis, ficando claro que, a partir da publicação do DL n.º 267/2002, passou a competir às Câmaras ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 0584/14

Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado – Responsabilidade Civil Contratual – Responsabilidade Civil por Acto Ilícito “I - A venda executiva, enquanto ato jurídico e ainda que realizada no âmbito de execução fiscal, constitui um contrato de “compra e venda especial”, especialidade essa que lhe advém do seu enquadramento e efeitos já que sujeitos a um regime legal misto, fruto simultâneo ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 01473/15

Obscuridade – Ambiguidade “I - A obscuridade ou ambiguidade que tornem a decisão ininteligível (que actualmente constituem causa de nulidade desta) verificam-se se a decisão contiver alguma passagem cujo sentido seja ininteligível ou que comporte interpretações diferentes. II - A arguição de nulidade por obscuridade ou ambiguidade da decisão não se destina à reapreciação do julgado.”.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 01679/15

Recurso de Revista Excepcional

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 01677/15

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 01658/15

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos – Admissão “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 01022/13

Jurisdição Administrativa – Lista de Antiguidade - Provimento “De acordo com a orientação jurisprudencial que tem vindo a ser acolhida por este STA, a publicação da nomeação como juízes em regime de estágio marca o termo inicial da contagem de antiguidade na categoria de juízes dos TAFs para efeitos da aplicação do n.º 1 do artigo 72.º do EMJ – ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 0300/16

Impugnação – Execução Fiscal – Excussão de Bens – Penhora – Venda “O artigo 616º do CC não impõe como limite à impugnação pauliana a excussão prévia de todo o património do devedor (em defesa do terceiro adquirente), antes lhe impõe como limite o interesse do credor (não poderá ir além da estrita satisfação desse interesse), cfr. n.º 1, e ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 0150/16

Derrogação do Sigilo Bancário – Suspensão de Eficácia – Ponderação de Interesses “I -

Que os actos praticados pelos órgãos da administração tributária, como o dos autos, podem ser objecto de medidas cautelares resulta directamente do disposto nos artigos 20º, n.º 1 e 268º, n.º 4 da CRP, como forma de assegurar o direito à tutela judicial efectiva e salvaguardar ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do STA de 31-03-2016, Processo 0182/16](#)

Plano Especial de Revitalização – Acordo de Credores – Garantia “I - O acordo prestado ao PER, depois de devidamente homologado judicialmente, encerra consequências jurídicas desde logo para os outorgantes que, no caso particular da Fazenda Pública, em tudo o que não tenha a ver com a indisponibilidade do direito ao seu crédito fiscal a vinculam. II - A matéria ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do STA de 17-03-2016, Processo 0216/16](#)

Taxa – Domínio Hídrico – Questão Fiscal – Competência – Apreciação Preliminar Revista “É de admitir revista de acórdão que considerou que eram os tribunais administrativos, não os tribunais tributários, os competentes para conhecer de litígios sobre o pagamento de taxa de recursos hídricos, entendimento que diverge do maioritariamente seguido nos tribunais centrais”.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01590/15](#)

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01594/15](#)

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista

excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 01641/15

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 040/16

Execução de Sentença – Recurso Per Saltum – Competência em Razão da Hierarquia “I - No regime dos recursos jurisdicionais aplicável aos meios processuais comuns à jurisdição administrativa e tributária é aplicável o regime previsto no CPTA como legislação subsidiária, por força do disposto na alínea c) do art. 2.º do CPPT. II - O recurso per saltum previsto no ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 01596/15

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 01678/15

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da

vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. 1º, da ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0647/15

Responsável Subsidiário – Reversão da Execução – Insolvência – CPPT “I - A inexistência de bens da sociedade devedora originária, enquanto pressuposto da reversão da execução fiscal contra os responsáveis subsidiários, deve reportar-se ao momento em que a reversão ocorre e não ao momento em que o administrador ou gerente/responsável subsidiário exerceu esse cargo societário. II - É legalmente viável ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0135/16

Erro na Forma de Processo – Ineptidão da Petição – Convolação “I-O processo de impugnação judicial não pode ser usado para efeitos de atacar actos ou omissões que ocorram no âmbito da execução fiscal, dessa forma obtendo a sua anulação, ou obtendo a prática do acto devido ou, até, impondo à AT uma determinada conduta ou prestação; II-A convolação de ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01122/15

Cumulação de Pedidos – Impugnação – IMT – Imposto De Selo “I - Quando numa mesma petição de impugnação se cumula o pedido de anulação de um acto de liquidação de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e um acto de liquidação de imposto de selo que tem origem no mesmo contrato de compra e venda do mesmo ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0183/16

Derrogação do Sigilo Bancário – Familiar – Âmbito do Recurso “I - Nos termos do n.º 2 do art. 63.º-B da LGT, admite-se que a AT aceda à documentação bancária relativamente a familiar que se encontre em relação especial com o contribuinte. II - O



familiar que pretenda reagir contenciosamente contra a decisão administrativa que assim decida quebrar o sigilo ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 0241/16

Sigilo Bancário – Filhos Menores – Familiar “I - Nos termos do n.º 2 do art. 63.º-B da LGT, admite-se que a AT aceda à documentação bancária relativamente a familiar que se encontre em relação especial com o contribuinte. II - O familiar que pretenda reagir contenciosamente contra a decisão administrativa que assim decida quebrar o sigilo bancário relativamente a ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 01145/15

Falta de Fundamentação – Prova “I - Tendo o recorrente indicado que não se encontra suficientemente esclarecido o método de cálculo adoptado o que importará a ilegalidade dos referidos actos de liquidação não se verifica o vício de falta de fundamentação se, a Administração Tributária lançou mão de uma amostragem que o contribuinte reputa de inadequada e com base em ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 0159/15

“I - Não pode ser admitido o recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência quando não se verificam os requisitos previstos nos arts. 25º, nº 2 do RJAT - e no 152º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos. II - Tal ocorre, nomeadamente, quando a divergente solução a que chegaram os acórdãos fundamento e recorrido no que respeita à possibilidade ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### Acórdão do STA de 16-03-2016. Processo 086/16

Imposto de Selo – Base de Incidência – Usucapião – Justificação Notarial “Tendo sido adquirido por usucapião apenas o prédio rústico onde foi erguida uma construção, só o

valor daquele deve ser considerado para efeitos de incidência de imposto de selo”.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01591/15

Recurso de Revista Excepcional – Pressupostos – Admissão “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0788/14

IMT – Isenção – Insolvência – Venda de Activos “A isenção de IMT prevista pelo n.º 2 do art.º 270.º do CIRE aplica-se, não apenas às vendas ou permutas de empresas ou estabelecimentos enquanto universalidade de bens, mas também vendas e permutas de imóveis (enquanto elementos do seu activo), desde que enquadradas no âmbito de um plano de insolvência ou ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0275/15

Decisão Arbitral – Decisão – Mérito – Recurso para o Supremo Tribunal Administrativo “Nos termos do disposto no nº 2 do art. 25º do RJAT, só as decisões arbitrais que conheçam de mérito são susceptíveis de recurso para o STA, quando estejam em oposição, quanto à mesma questão fundamental de direito, com acórdão proferido por algum dos Tribunais Centrais Administrativos ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0396/15

Recurso por Oposição de Acórdãos “I - O recurso por oposição de acórdãos interposto no âmbito de processo de oposição a arresto instaurado após 1/01/2004 depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos legais: que se verifique contradição entre o acórdão recorrido e o acórdão fundamento sobre a mesma questão fundamental de

direito e que não ocorra a situação de a ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0400/15

Oposição de Acórdãos – Facturas Falsas – Ónus de Prova “I - É de admitir o recurso por oposição de acórdãos em que se verifique uma identidade substancial (entendida não como uma total identidade dos factos mas apenas como a sua subsunção às mesmas normas legais) das situações fácticas em confronto, que determine divergência de soluções quanto à mesma questão ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 0587/15

Recurso por Oposição de Acórdãos – Requisitos – IVA – Factura – Ónus de Prova “I - É de admitir o recurso por oposição de acórdãos em que se verifique uma identidade substancial (entendida não como uma total identidade dos factos mas apenas como a sua subsunção às mesmas normas legais) das situações fácticas em confronto, que determine divergência de ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01657/15

Recurso De Revista Excepcional – Pressupostos – Admissão “É de admitir o recurso de revista excepcional em que se coloca questão de saber se à isenção de IMI relativa a pessoas colectivas de utilidade pública (PCUP) se aplica, a partir de 1/12/2003 (data do início da vigência do CIMI, em substituição do CCA), o disposto na al. d) do art. ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01102/15

Decisão Arbitral – Recurso para Uniformização de Jurisprudência – Utilidade Turística “O conceito de “instalação” densificado no Acórdão Uniformizador de Jurisprudência nº 3/2013 para efeitos de aplicação da isenção prevista no nº 1 do art. 20º do DL nº 423/83, não resulta apenas do DL nº 39/2008, de 7/3, antes da teleologia da norma atributiva do

benefício fiscal e dos ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01315/14

Garantia – Dispensa – Audição Prévia “I - O pedido de suspensão da execução fiscal mediante o oferecimento de bens à penhora não reveste por lei natureza urgente (ao contrário do que sucede com o pedido de dispensa de prestação de garantia –artº 170º nº 4 do CPPT). II - Pois há que ter em conta a especialidade do disposto ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 16-03-2016, Processo 01134/15

Decisão Arbitral – Recurso para Uniformização de Jurisprudência – Requisitos de Admissão “I - De harmonia com o disposto no nº 2 do art. 25º do RJAT (DL nº 10/2011, de 20/1) a decisão arbitral sobre o mérito da pretensão deduzida que ponha termo ao processo arbitral é susceptível de recurso para o Supremo Tribunal Administrativo quando esteja em oposição, ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Acórdão do STA de 10-03-2016, Processo 0210/16

Recurso de Revista Excepcional – Oficial de Justiça – Período Probatório – Índice Remuneratório – Lei do Orçamento – Admissão do Recurso “A questão de saber se os oficiais de justiça têm direito ao reposicionamento remuneratório com efeitos reportados à data da conclusão do respectivo período probatório ou se a tanto obstava o n.º 1 do art.º 24.º da Lei ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

---

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA U.E.

## Acórdão do Tribunal de Justiça (Segunda Secção) de 14 de

## [abril de 2016](#)

Reenvio prejudicial – Agricultura – Organização comum dos mercados – Regulamento (CE) n.º 565/2002 – Artigo 3.º, n.º 3 – Contingente pautal – Alho de origem argentina – Certificados de importação – Carácter intransmissível dos direitos resultantes dos certificados de importação – Evasão – Abuso de direito – Requisitos – Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 – Artigo 4.º, n.º 3 ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do Tribunal de Justiça \(Terceira Secção\) de 14 de abril de 2016](#)

Reenvio prejudicial – Liberdade de estabelecimento – Artigo 49.º TFUE – Regulamentação de um Estado-Membro que impõe às instituições de crédito a obrigação de comunicar à Administração Fiscal informações sobre os ativos de clientes falecidos para cobrança de imposto sobre as sucessões – Aplicação dessa regulamentação às sucursais estabelecidas noutro Estado-Membro onde o sigilo bancário proíbe, em princípio, essa comunicação ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do Tribunal de Justiça \(Segunda Secção\) de 7 de abril de 2016](#)

Reenvio prejudicial – Fiscalidade – IVA – Artigo 4.º, n.º 3, TUE – Diretiva 2006/112/CE – Insolvência – Processo de concordata prévia – Pagamento parcial de créditos de IVA “O artigo 4.º, n.º 3, TUE, e os artigos 2.º, 250.º, n.º 1, e 273.º da Diretiva 2006/112/CE do Conselho, de 28 de novembro de 2006, relativa ao sistema comum do ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Acórdão do Tribunal de Justiça \(Quarta Secção\) de 7 de abril de 2016](#)

Reenvio prejudicial – União aduaneira e pauta aduaneira comum – Código Aduaneiro Comunitário – Preferências pautais – Regulamento (CEE) n.º 2454/93 – Artigo 74.º, n.º 1 – Produtos originários de um país beneficiário – Transporte – Lotes compostos por uma mistura de óleo de palma em bruto proveniente de vários países que beneficiam da mesma preferência pautal “O artigo 74.º, ...

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

---

## DECISÕES ARBITRAIS

### IRS – Ajudas de custos

Processo nº 621/2015-T, decisão de 2016-03-15

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### IMT e IS

Processo nº 398/2015-T, decisão de 2016-03-14

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### IMT e IS - Liquidação subsequente a caducidade da isenção no regime da compra para revenda: matéria coletável quando haja alteração da natureza do prédio

Processo nº 394/2015-T, decisão de 2016-03-11

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### IVA - Acerto de Contas: valor tributável

Processo nº 556/2015-T, decisão de 2016-03-09

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### IRS – Mais-valias; art.º 44 do CIRS; valor de realização; competência do tribunal; art.º 2º, n.º 1 do RJAT

Processo nº 421/2015-T, decisão de 2016-03-09

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### [IVA – falta de fundamentação: subvenção no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano: artigo 16º, n.º 5, al. c\) do CIVA](#)

Processo nº 338/2015-T, decisão de 2016-03-07

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### [IVA – Taxa de IVA a aplicar às transações de coroas, implantes e pilares constitutivos de próteses dentárias quando transacionados em separado, interpretação da Verba 2.6 da Lista I anexa ao CIVA](#)

Processo nº 344/2015-T, decisão de 2016-03-06

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### [Imposto do selo - Verba 28.1 TGIS \(2012 e 2013\): prédios com partes suscetíveis de utilização independente, com afetação habitacional](#)

Processo nº 249/2015-T, decisão de 2016-03-06

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### [IRS – Partilha: herança indivisa: mais-valia](#)

Processo nº 405/2015-T, decisão de 2016-03-04

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

### [IMI - Utilidade turística: empreendimento turístico em propriedade plural; isenção IMI; artigo 47.º EBF](#)

Processo nº 577/2015-T, decisão de 2016-03-03

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRC – Momento da dedutibilidade de encargos financeiros; Artigo 31º-2/EBF de 2005; SGPS; Circular nº 7/2004, da DSIRC

Processo nº 295/2015-T, decisão de 2016-03-02

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IMT

Processo nº 446/2015-T, decisão de 2016-02-28

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IMT - Utilidade turística; benefício fiscal; caducidade do direito à liquidação

Processo nº 379/2015-T, decisão de 2016-02-27

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRS - Revisão do arº 78º da LGT

Processo nº 590/2015-T, decisão de 2016-02-26

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IMI - Espécies de prédios urbanos: posto de abastecimento de combustíveis líquidos

Processo nº 604/2015-T, decisão de 2016-02-23

[Ler mais.](#)



[Partilhar no LinkedIn](#)

## IVA – Taxa reduzida: implantes e pilares dentários destinados à implantologia dentária

Processo nº 622/2015-T, decisão de 2016-02-22

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IS – Verba 28 da TGIS

Processo nº 557/2015-T, decisão de 2016-02-17

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRC – Gastos: indispensabilidade

Processo nº 444/2015-T, decisão de 2016-02-17

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IUC – Inutilidade superveniente da lide

Processo nº 633/2015-T, decisão de 2016-02-16

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IMT – Cooperativa: Isenção

Processo nº 582/2015-T, decisão de 2016-02-15

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRS – Mais-valias imobiliárias

Processo nº 565/2015-T, decisão de 2016-02-15

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IMT/IS – Reconhecimento de isenção – art.º 10.º, n.º 8, al. d) do Código do IMT e art.ºs 269.º e 270.º do CIRE

Processo nº 599/2015-T, decisão de 2016-02-10

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRC – SGPS; encargos financeiros suportados para a realização prestações suplementares e similares; artigo 32.º, n.º 2, do EBF, na redação vigente em 2011

Processo nº 570/2015-T, decisão de 2016-02-08

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRS – Alteração dos elementos declarados - Liquidação oficiosa

Processo nº 569/2015-T, decisão de 2016-02-05

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IRC – Gastos; Dedutibilidade; Amortização

Processo nº 359/2015-T, decisão de 2016-02-02

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## IS – Verba 28.1 da TGIS: Terreno para construção: Incompetência do Tribunal Arbitral

Processo nº 322/2015-T, decisão de 2016-01-28

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [IVA – Transmissão intracomunitária de bens – isenção – artº. 14º. do RITI](#)

Processo nº 387/2015-T, decisão de 2016-01-22

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [IVA – Artigo 18.º do Código do IVA e Verba 2.6 da Lista I anexa ao Código do IVA; próteses dentárias](#)

Processo nº 392/2015-T, decisão de 2016-01-17

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [IVA: pedido de reconhecimento de direito a indemnização por garantia indevida; juros compensatórios](#)

Processo nº 445/2015-T, decisão de 2016-01-12

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

---

# DOCTRINA ADMINISTRATIVA

## [Ofício Circulado N.º 15474/2016, de 21 de Abril](#)

Taxas de Câmbio para a Determinação do Valor Aduaneiro.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## [Ofício Circulado N.º 20189/2016, de 18 de Abril](#)

IRC - Taxas de Derrama Lançada para Cobrança em 2016 - Período de 2015.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Ofício Circulado N.º 20188/2016, de 12 de Abril

Deduções à Coleta - Despesas de Saúde Realizadas com Terapeutas Ocupacionais.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Ofício Circulado N.º 20187/2016, de 5 de Abril

Declaração Modelo 3 de IRS -Ano 2015 - Em vigor a partir de Janeiro de 2016.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Ofício Circulado N.º 35059/2016, de 5 de Abril

Incentivo Fiscal ao Abate de Veículo em Fim de Vida – Lei do OE/2016.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

## Ofício Circulado N.º 30180/2016, de 31 de Março

IVA – Orçamento do Estado para 2016 – Alterações ao Código do IVA e Legislação Complementar.

[Ler mais.](#)

[Partilhar no LinkedIn](#)

---

# EQUIPA



Carla Matos

[cm@cca-ontier.com](mailto:cm@cca-ontier.com)



Rita Trabulo  
[rt@cca-ontier.com](mailto:rt@cca-ontier.com)



Andreia Faustino  
[af@cca-ontier.com](mailto:af@cca-ontier.com)

---

**Consulte:**  
[mais conteúdos do Tax Insider](#)

---

**Partilhe:**

[no LinkedIn](#)

**Subscreva:**

[as nossas Newsletters](#)

**Contacte-nos:**

[Website](#) | [Perfil LinkedIn](#)

Rua Vitor Cordon N°10A, 4º piso - 1249 - 202 Lisboa | Portugal

Tel. (+351) 213 223 590 / Fax (+351) 213 223 599

-

---

**PORTUGAL** / BOLÍVIA / BRASIL / CHILE / CHINA / COLOMBIA

ESPANHA / ESTADOS UNIDOS / ITÁLIA / REINO UNIDO / MÉXICO / PERÚ /  
VENEZUELA